



*Agenda 150 Anos de Memória  
Histórica do Tribunal Bandeirante*

*Homenagem ao  
Juiz Paulo Lúcio Nogueira*

*16/09/2015*

# ÍNDICE

Clique nas chamadas para ser remetido para a página onde se localiza o texto

**DISCURSO - Juiz Paulo Lúcio Nogueira Filho (Filho do homenageado e Orador em nome do Tribunal de Justiça de São Paulo)**

**ENCERRAMENTO - Des. Artur Marques da Silva Filho (Presidente da Seção de Direito Privado do Tribunal de Justiça)**

A Corte paulista, em cerimônia realizada no Palácio da Justiça, homenageou o Juiz **Paulo Lúcio Nogueira**, em continuidade à Agenda 150 Anos de Memória Histórica do Tribunal Bandeirante.

O Tribunal de Justiça de São Paulo promoveu, no Palácio da Justiça, homenagem ao juiz Paulo Lúcio Nogueira, por meio do projeto **Agenda 150 Anos de Memória Histórica do Tribunal de Justiça Bandeirante**. Paulo Nogueira nasceu em Pouso Alto (MG), no ano de 1930. Formou-se pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco, turma de 1957. Advogou na Capital paulista entre 1958 e 1959 e foi delegado de polícia substituto em Marília, de 1959 a 1961. Ingressou na Magistratura em 1962. Foi juiz em Araçatuba, Guararapes, Valparaíso, Andradina, Pereira Barreto, Mirandópolis, Lucélia, Pompéia, Tupã, Marília e na Capital. Aposentou-se em 1983 e faleceu em 1996.

O filho do homenageado, juiz **Paulo Lúcio Nogueira Filho**, foi orador em nome da Corte.

Há os que chamam de Poeta aquele que acalenta a Esperança e crê na Justiça, mas como diz SÃO PAULO: “Quem crê de coração obtém a Justiça” (Romanos,10, 8-13).

Excelentíssimo Senhor Presidente do E. Tribunal de Justiça de São Paulo, Desembargador José Renato Nalini, na pessoa de quem eu saúdo as demais autoridades aqui presentes.

Senhoras e Senhores:

1 - Quase duas décadas depois do passamento prematuro de meu saudoso e inesquecível pai tive a honra e a satisfação de receber uma missiva da lavra do Sr. Presidente me convidando para fazer um pronunciamento oral em memória dele, nesta Augusta Casa.

Sinto-me muito honrado em falar em nome do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, fazendo-o, ainda, em nome de minha família e em meu próprio.

E imensamente feliz pela lembrança da inserção de seu nome nas comemorações do Sesquicentenário do Judiciário Bandeirante entre os vultos de sua História que mereçam ser cultuados e permanecer na lembrança dos pósteros.

Falar de meu pai não é tarefa fácil em razão de seu caráter multifário e da riqueza de sua obra e especialmente pela emoção que me toca neste momento sublime.

2 - O juiz **Paulo Lúcio Nogueira** nasceu em 18 de abril de 1930, na cidade de Pouso Alto, Estado de Minas Gerais, filho de Joaquim Lúcio Nogueira e Benedita dos Santos Nogueira, foi o primogênito de onze filhos. Casou com Eny de Lara Nogueira em 20 de abril de 1963. O casal teve os filhos Paulo Lúcio e Luciano, o primeiro casado com Cássia Angélica, tiveram os filhos Paulo Lúcio Neto e Matheus Henrique, netos que o homenageado infelizmente não conheceu em vida.

Curso o primário em sua cidade natal no Grupo Escolar “Ribeiro da Luz”.

Estudou durante dois anos no Seminário Nossa Senhora das Dores, na cidade de Campanha, Estado de Minas Gerais, transferindo-se depois, na mesma cidade, para o Ginásio Diocesano São João, dirigido pelos Irmãos do Sagrado Coração, onde concluiu o Curso Ginásial, como interno e aluno da primeira turma, em dezembro de 1949.

Posteriormente, mudou-se para esta Capital, tendo iniciado o curso clássico no Colégio Estadual Roosevelt e depois o concluiu no Colégio Veiga Filho.

Formou-se em 1957 pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco, foi colega de turma de Ada Pellegrini Grinover, Dalmo de Abreu Dallari, José Afonso da Silva e Manoel Gonçalves Ferreira Filho, e dos



futuros colegas Adalberto José Queiroz Telles de Camargo Aranha, Aderbal Rodrigues Vieira e Márcio Martins Bonilha, entre outros.

Advogou na Capital Paulista de 1958 a 1959.

Foi Delegado de Polícia substituto em Marília, de 1959 a 1961, onde conheceu sua futura companheira Eny e minha saudosa mãe, mulher de inúmeros predicados, a quem meu pai muito amou e a quem atribuía grande parte de seu sucesso profissional.

3 - Ingressou na **Magistratura Paulista** em 1962, em concurso público de provas, com onze aprovados, figurando entre eles o Ministro Sydney Sanches.

Nomeado Juiz Substituto para a Circunscrição Judiciária de Araçatuba, em 04.01.1962, julgou ainda na região nas cidades de Guararapes, Valparaíso, Andradina e Pereira Barreto.

Foi juiz titular em Mirandópolis (1ª entrância) a partir de 22.09.1963, depois promovido sucessivamente para Lucélia (2ª entrância) em 28.10.1965, Pompéia (3ª entrância) em 24.11.1966 e Tupã (4ª entrância) em 14.03.1967, removendo-se para Marília (4ª entrância) em 07.02.1975.

No dia 28.12.1982, foi promovido para a 7ª Vara da Família e das Sucessões do Foro Regional Central, Capital (entrância especial), onde se aposentou no dia 20.10.1983.

Como **magistrado**, foi exemplar, era dotado de vasto conhecimento jurídico e possuía inegável senso de justiça, o que sempre buscou incansavelmente, inclusive em sua vida pessoal.

Dedicou-se de corpo e de alma à profissão, cumpria o seu ofício religiosamente e era obcecado por levar o serviço rigorosamente em dia, gabando-se de nunca ter ultrapassado os prazos legais, mesmo acumulando comarcas.

Dizia que o principal problema da Justiça é a morosidade, que pode levar à descrença. Repetia com frequência os dizeres de Rui Barbosa, jurista que mais admirava: **“A Justiça atrasada não é justiça, senão injustiça qualificada e manifesta”**.

Contara-me certa ocasião que chegou a advertir o escrivão do cartório por não lançar carga dos processos conclusos para sentença. Interpelado, este lhe respondera que assim não agia porque os feitos eram devolvidos com sentença no mesmo dia, ou, no máximo, no dia seguinte, razão pela qual achava dispensável o ato. Meu pai então o repreendera no bom sentido: **“Justamente por isto faço questão que fique tudo documentado”**.

Como juiz da infância e da juventude também teve atuação destacada na área social, fundando a Legião Mirim na Comarca de Tupã, com o auxílio da maçonaria, e criando, ainda, a Associação dos Engraxates e Jornaleiros na Comarca de Marília, com o apoio de empresários locais. Também colaborou com diversas entidades.

Além de magistrado, meu pai possuía outras veres: **escritor, jurista, poeta, professor e filatelista**, entre outras.

4 - Como **escritor e jurista** publicou várias obras, que sempre foram muito bem aceitas pelos operadores do direito e tiveram boa penetração acadêmica, as quais ultrapassaram mais de uma centena de edições e tiragens e a casa dos 100.000 exemplares vendidos<sup>1</sup>.

Acredito que tinha duas predileções: Curso Completo de Processo Penal, com 11 edições; e Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado, com 4 edições, ambas com várias tiragens extras e publicadas pela Editora

---

1 . 1. Administração e Responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores, Sugestões Literárias, 1974; 2. Seguro Obrigatório, Ed. Juruá, 1978; 3. Ação de Despejo, 2ª ed., Ed. Juruá, 1980; 4. Ação de Investigação de Paternidade, Saraiva, 1986; 5. Alimentos, Divórcio e Separação, 3ª ed., Saraiva, 1987; 6. Adoção e Procedimento Judicial, Saraiva, 1988; 7. Comentários ao Código de Menores, 4ª ed., Saraiva, 1988; 8. Delitos do Automóvel, 5ª ed., Saraiva, 1988; 9. Questões Cíveis Controvertidas, 5ª ed., LEUD, 1994; 10. Questões Penais Controvertidas, 6ª ed., LEUD, 1994; 11. Questões Processuais Cíveis Controvertidas, 3ª ed., LEUD, 1996; 12. Questões Processuais Penais Controvertidas, 4ª ed., LEUD, 1995; 13. Contravenções Penais Controvertidas, 5ª ed., LEUD, 1996; 14. Leis Especiais, 5ª ed., LEUD, 1996; 15. Lei do Divórcio comentada, 5ª ed., Saraiva, 1996; 16. Lei de Alimentos comentada, 6ª ed., Saraiva, 1998; 17. Curso Completo de Processo Civil, 6ª ed., Saraiva, 1995; 18. Curso Completo de Processo Penal, 11ª ed., Saraiva, 1999; 19. Comentários à Lei de Execução Penal, 3ª ed., Saraiva, 1996; 20. Estatuto da Criança e do Adolescente comentado, 4ª ed., Saraiva, 1998; 21. Instrumentos de Tutela e Direitos Constitucionais, Saraiva, 1994; 22. Em Defesa da Honra (doutrina, legislação e jurisprudência), Saraiva, 1995; 23. Em Defesa da Vida (aborto, eutanásia, pena de morte, suicídio, violência/linchamento), Saraiva, 1995; e 24. Juizados Especiais Cíveis e Criminais (comentários), Saraiva, 1996.



Saraiva.

A primeira por ser fruto de suas aulas na Faculdade de Direito de Marília, tinha um carinho especial pelo processo penal, realizando constantemente júris simulados entre seus alunos e entre estes e alunos de outras faculdades, além de debates sobre diversos temas polêmicos: aborto, eutanásia, pena de morte etc.

A segunda por ser menorista convicto, preocupava-se constantemente com o tratamento a ser dispensado às crianças e adolescentes carentes, abandonados e infratores.

O problema do menor, ponderava, deve interessar a todos que são responsáveis por essa situação, pois se não houver a participação da comunidade, não haverá condições de salvar o infante, que deve merecer a nossa atenção, o nosso carinho e o nosso amor.

Suas últimas publicações foram: Em Defesa da Vida (aborto, eutanásia, pena de morte, suicídio, violência/linchamento); Em Defesa da Honra (doutrina, legislação e jurisprudência) e Juizados Especiais Cíveis e Criminais (comentários), todas pela Editora Saraiva.

Por ocasião do lançamento de suas duas últimas obras, pouco antes de falecer, já preparava outro trabalho intitulado “As Vítimas Esquecidas”, tendo afirmado na ocasião em entrevistas: “Este livro vai tratar sobre as vítimas que não nos lembramos. Nós lembramos da sociedade e de nós, mas não lembramos das vítimas dos crimes”. “Acho que somos no fundo, todos vítimas em potencial, de leis que não acarretam a punibilidade devida aos infratores”<sup>2</sup>.

5 - Publicou ainda algumas obras literárias, todas poéticas<sup>3</sup>.

Aliás, foi no campo fértil da poesia que melhor extravasou seus sonhos, suas inquietudes e frustrações, mas sem jamais perder a esperança de uma boa e farta colheita.

Fontes de suas inspirações os temas mais diversos, desde sua infância, início de sua vida estudantil até a fase adulta; gostava também de exaltar sua cidade natal Pouso Alto e a cidade adotiva Marília.

Quando eu era menino e no período em que meu pai escrevia sobre as profissões, lembro-me até hoje quando ele aparecia quase todas as noites na sala com um sorriso gratificante nos lábios e uma poesia nova sobre determinada profissão, asseverando: “Exaltar e dignificar as profissões é dever de todos”.

No exercício da judicatura, proferiu algumas sentenças em versos, sendo na época advertido por isso<sup>4</sup>.

Poeta letrado e inspirado, nutria profunda admiração por seus pares, em especial pelo dileto Paulo Bonfim, a quem não se cansava de chamar de “Príncipe dos Poetas Brasileiros”.

6 - A Justiça era um de seus temas preferidos, levando-a da Poesia até a **Filatelia**, tendo ganhado vários prêmios em exposições e concursos do gênero com a Coleção intitulada: “O Direito, a Lei e a Justiça na Filatelia Brasileira”.

Entre as preciosidades da indigitada coleção selos comemorativos do sesquicentenário da lei de criação do Supremo Tribunal de Justiça, atual Supremo Tribunal Federal, semana de 18 a 24 de setembro de 1978, contendo vários envelopes de 1º dia de circulação, assinados individualmente e de próprio punho por todos os integrantes daquela Corte: Ministros Thompson Flores, então Presidente, Djaci Falcão, Antonio Neder, Xavier de Albuquerque, Rodrigues Alckmin, Leitão de Abreu, Cordeiro Guerra, Moreira Alves, Cunha Peixoto, Soares Munoz e Decio Miranda.

7 - Suas qualidades de escritor e profundo conhecedor da sociedade fizeram com que nosso pai

2 . Cf. matérias publicadas no Jornal da Fundação, Ano 1, n. 002, junho de 1996, p. 3 e no Jornal Diário de Marília, no dia 19 de junho de 1996, p. 6-A, articulista Márcia de Oliveira.

3 . 1) Folhas da Primavera, 1962; 2) A justiça à luz da poesia (Instituições de Direito Penal em versos), Ed. Sugestões Literárias, 1970; 3) Antologia acadêmica (poemas); 4) Poemas da vida, Sugestões Literárias, 1977; 5) Em teu louvor, Marília (Folhas do Outono), Sugestões Literárias, 1979.

4 . Em entrevista concedida ao Correio de Marília, publicada no dia 4 de abril de 1982, assim se manifestou: “... como estávamos atravessando um período revolucionário fui advertido por essas inovações em sentença. Acabei então escrevendo um livro em versos ‘A justiça à Luz da poesia’. Aliás, as advertências que tive só me serviram de elogios, pois alguém me disse que ‘eu fazia em versos o que muito juiz não fazia em prosa’, isto é, sentenciar”.



participasse ativamente na imprensa, sendo articulista de vários jornais, manifestando sua opinião sobre os mais diversos assuntos. Publicava, em média, três artigos semanais jurídicos e/ou de caráter social.<sup>5</sup>

Escreveu, assim, centenas de artigos que foram guardados por ele e posteriormente encadernados por nossa zelosa e querida mãe, o último deles foi publicado dois dias antes de sua morte.

Crítico ferrenho, demonstrava inconformismo com a degeneração da classe política e o descaso com que tratam a sociedade brasileira. Em outra ocasião declarou: **“Falta espírito público à maioria de nossos políticos”. “Somente uma mudança de mentalidade geral da sociedade, envolvendo políticos, cidadãos e homens que fazem as leis, poderia mudar os rumos do país”**<sup>6</sup>

Longe de só criticar, também apresentava soluções e propostas para os mais diversos problemas em suas publicações.

8 - Descobriu no magistério outra grande realização profissional e pessoal: foi Professor Titular de Direito Penal na Faculdade de Direito de Tupã, onde lecionou de 1970 a 1973; e Professor Titular de Processo Civil e Processo Penal na então Fundação Eurípides Soares da Rocha (atual UNIVEM), em Marília, onde lecionou de 1973 a 1996.

Em entrevista concedida ao jornal da faculdade (UNIVEM) relatou: **“É gratificante você ver alguém sobressair com o que se ensinou. Isso acontece com alguns, e não com a maioria, mas é o que mais anima a gente a continuar”**<sup>7</sup>.

De fato, meu pai tinha um imenso amor pelo magistério, amava ensinar, amava os alunos e os incentivava muito, torcendo como poucos pelo sucesso profissional deles; não se cansava de dizer, sem falsa modéstia, que mais aprendia com eles do que ensinava. Tinha por hábito receber telefonemas e os alunos em casa, de forma bastante atenciosa, e gostava de lhes transmitir orientações.

Fui seu aluno durante dois anos e pude perceber a alegria e o entusiasmo com que lecionava e ainda possuía uma memória prodigiosa: praticamente não consultava seus escritos na sala de aula e ainda sabia o nome de todos os seus alunos. A qualidade de suas aulas também era admirável a denotar notável conhecimento jurídico em várias áreas do direito. Pontualidade também era seu forte; não se atrasava em hipótese alguma e raramente faltava, nem mesmo quando era seu aniversário.

Dois fatos me marcaram bastante e que demonstram seu incomensurável amor pelo magistério e sua dedicação total pelo trabalho.

Por ocasião de um derrame nas vistas causado pela diabetes fez questão de lecionar durante vários meses, sob tratamento, e com a visão muito comprometida.

Outro fato notável: na véspera de sua morte e internado na UTI do hospital, demonstrou extrema preocupação com prova agendada para a noite do mesmo dia, tendo transmitido orientações para que ela pudesse ser realizada a bom termo.

9 - Por tudo isso, era muito querido pelos alunos e seu nome era sempre lembrado para paraninfo, patrono ou nome de turma, ocasiões em que proferia belíssimos discursos.<sup>8</sup>

Outros discursos foram proferidos em momentos diversos.<sup>9</sup>

10 - Apesar de ter se dedicado a outras áreas, meu pai não hesitava em falar de forma taxativa: **“Tudo**

5 . Com ênfase no Correio de Marília e Jornal da Manhã, na cidade de Marília.

6 . Cf. matéria publicada no jornal Diário de Marília, ao ensejo da morte do homenageado, pela articulista Márcia de Oliveira, p. 6-A.

7 . Ano I, n. 1, 1993, p. 12.

8 . 1) “Direito à Vida com Amor” (Lição de Amor) – Discurso proferido na Faculdade de Direito de Marília como paraninfo da Turma de 1976; 2) “O Processo da Vida” – Discurso proferido na mesma faculdade como paraninfo da Turma de 1987; 3) “Constituição Divina” (Leis Naturais) – Discurso como paraninfo da Turma do 1º semestre de 1990; entre outros.

9 . 1) Cinquentenário do Grupo de Pouso Alto (1959); 2) 40 anos de formatura do Colégio Independência (1992); 3) 30 anos de formatura da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco; 4) Inauguração de retratos de juizes e promotores na galeria de fóruns; 5) Despedidas de juizes e promotores; 6) Saudações a professores e conferencistas convidados pela Faculdade de Direito de Marília (Dalmo Dallari, Arruda Alvim, Donaldo Armelin, Manoel Gonçalves Ferreira Filho, entre outros) etc.



o que sou e tenho devo à Magistratura, pois sempre a coloquei em primeiro plano apesar de atividades paralelas de professor e autor de alguns trabalhos. Mas, também dei-lhe em troca os melhores anos de minha vida, fazendo da minha função verdadeiro sacerdócio, do fórum um templo e do trabalho constante oração e da Justiça verdadeira religião”.

11 - Proferiu diversas palestras em cursos, seminários, congressos e encontros jurídicos.

12 - Nosso pai também foi amante e praticante dos esportes, adorava jogar tênis em parceria, tendo perdido um pouco o brilho dos olhos quando, a certa altura da vida, fora impedido pelo cardiologista de praticar o esporte que tanto prezava.

13 - Em razão de sua destacada atividade judiciária, inesgotável produção intelectual e por ter sido bastante atuante em sua vida social, como anotado anteriormente, notadamente na área da infância e da juventude, Paulo Lúcio foi agraciado com alguns títulos, prêmios e homenagens em vida e morte<sup>10</sup>.

14 - Como profissional e como pessoa, nosso pai foi um exemplo a ser seguido, um homem iluminado, predestinado, inspirado, leal e autêntico, incapaz de se acomodar. Faltam-me palavras para qualificá-lo.

Era um homem muito culto e estudioso. Tinha uma biblioteca invejável com um acervo aproximado de 6.000 obras, era raro encontrar livro sem algum tipo de anotação. Exímio datilógrafo, como poucos que encontrei na carreira, era tão rápido com o pensamento quanto com as mãos; produzia sem parar.

É claro que, como todo ser humano, tinha seus defeitos, suas imperfeições, não posso negar; entretantes, seus atributos superavam em muito suas deficiências.

15 - Em vez de ressaltar as qualidades e virtudes de meu pai, gostaria que outras pessoas mais preparadas fizessem isso por mim, deixando aqui registrados alguns depoimentos.

Sobre a **vida honrada** de meu pai, maior legado deixado por ele, minha saudosa e querida mãe assim se pronunciou por ocasião da inauguração do conjunto habitacional em Marília que leva seu nome:

Quero encerrar expressando mais uma vez a nossa gratidão, por este reconhecimento público, usando as próprias palavras do Paulo Lúcio e dirigindo-as ao nosso Governador Mário Covas, e demais autoridades que aqui se encontram. “A honra é um atributo da pessoa, está vinculado a ela e intimamente ligada ao seu nome. Cada pessoa tem que preservar o seu conceito de honra, não só um conceito social como um conceito familiar, um conceito de grupo e nesse aspecto muitos preferem perder a vida a perder a honra”.

Sobre sua **personalidade multiforme**, em artigo inesquecível publicado no Diário de Marília ao ensejo do falecimento de meu pai, o Dr. Ovidio Rocha Barros Sandoval, juiz aposentado e advogado, meu estimado padrinho de crisma, entre outras coisas primorosas, escreveu:

“Em Tupã, em janeiro de 1969, vim a conhecê-lo. Fui ser o seu Juiz Substituto. Encontrei o amigo, o professor, não apenas nos ensinamentos da Magistratura, mas como Mestre de Vida. Tive a honra de ter sido seu amigo e vivenciar, em quase 28 anos, o quanto de bom existia em Paulo Lúcio, misto de intelectual e poeta cantador dos temas mais bonitos de sua existência. Sua personalidade multiforme apresentava facetas extraordinárias. Em tudo foi bom – como filho, irmão, marido, pai e amigo. Poucas pessoas conseguiram, em vida, dar testemunho tão eloquente de beleza de alma. Era digno em todas as suas atitudes e possuía a singular virtude de conhecer o coração humano. Ensinou a mim, que são virtudes primaciais do Juiz: a coragem no decidir;

10 . 1) Personalidade do Ano, na cidade de Tupã, no ano de 1974; 2) Título de Cidadão Mariliense oferecido pela Câmara Municipal de Marília, em 13/05/1983, através do Decreto Legislativo n. 86, do mesmo ano; 3) Título de Policial Civil Honorário, pelos relevantes serviços prestados à segurança pública em Marília, em 1990; 4) Láurea de Reconhecimento conferida pela Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo e 31ª Subseção de Marília, em 11 de agosto de 1992, pelos relevantes serviços prestados à classe dos advogados, à justiça e à sociedade; 5) Troféu “Menção 4 de Abril”, atribuído pelo Rotary Club de Marília em 1º de abril de 1993 aos que trabalham em prol da comunidade e se destacam pelos princípios morais da honra, da ética e da dignidade; 6) Prêmio “Marília de Dirceu”, Personalidade do Ano, Assistência Social, homenagem especial conferida pelo jornal Diário de Marília, Lions Clube e Rotary Club de Marília no ano de 1995 a personalidades do ano de destaque na área de assistência social e serviços de filantropia; 7) Prêmio “Paulo Lúcio Nogueira” aos melhores alunos do último ano da Faculdade de Direito de Marília (UNIVEM); 8) Denominação de “Conjunto Habitacional Paulo Lúcio Nogueira”, o Conjunto Habitacional Marília I, da C.D.H.U – Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo, localizado próximo ao Núcleo Habitacional Maria Angélica Mattos, na Rua João Butarelli e Avenida Durval de Menezes, através da Lei Municipal n. 4.305, de 28.08.1997.



prestar Justiça pronta, e se postar, em todas as circunstâncias da vida, como um homem justo, bom e digno. Sabia ouvir e se preocupava com todos aqueles que tiveram a ventura do seu convívio. Não silenciava a voz diante da injustiça...”

O Desembargador aposentado Carlos Roberto Gonçalves, na época 2º VicePresidente do 1º Tribunal de Alçada Civil de São Paulo, em Sessão Plenária do Egrégio Órgão Especial, realizada no dia 22 de agosto de 1996, ressaltou a **coragem** e o **desapego ao carreirismo**:

“Gostaria, porém, de lhe fazer justiça, destacando duas de suas qualidades que parecem ter marcado bastante a sua personalidade: a coragem e o desapego ao carreirismo. A primeira, talvez lhe tenha acarretado até algumas incompreensões e dissabores. Mas, como certa feita, afirmou o Desembargador Breno Caramuru Teixeira, que também julgou em Marília, onde residia o Juiz Paulo Lúcio Nogueira, a coragem constitui a maior virtude do Juiz. E ela nunca faltou ao Doutor Paulo Lúcio Nogueira ao longo de sua carreira, pois soube sempre manter a imparcialidade e a completa independência, encarando a opressão com desdém e com revolta. Fazendo ouvidos de mercador aos pedidos injustos dos poderosos, soube conservar a dignidade a qualquer preço, sem temor reverencial para com os mais graduados, divergindo deles sempre que a consciência ordenava. Poderia ter ocupado, se se interessasse por promoções, o elevado cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado, mas preferiu radicar-se no interior, onde melhor poderia dar de si, como homem e jurista, quer na solução dos assuntos judiciários, quer no trato dos problemas assistenciais.”

O **respeito** e a **urbanidade** no trato com as pessoas em geral foram lembrados pelos advogados Carlos Mihich Bueno, Cláudio Cesar Cirino, Silvio Guilen Lopes, Antonio Carlos Roselli, Luis Carlos Pfeifer, Carlos Cavallieri Bassan e Alberto Roselli Sobrinho, que assinaram matéria conjunta no jornal de Marília por ocasião da outorga do título de Cidadão Mariliense:

“Depois que CALAMANDREI fez o imortal elogio dos juízes, muito pouca coisa restou a simples e modestos advogados interioranos para acrescentar, a respeito de um magistrado que, como poucos, fez questão em toda a sua judicatura de respeitar e compreender os profissionais que, no cotidiano da luta forense postulam o reconhecimento de direitos sobre os mais variados ângulos... você foi o juiz amigo, incapaz de verberar com qualquer crítica acre, erros de noviciados ou de perspectiva o equacionamento de algum problema jurídico... O que queríamos realçar é o que o seu notável humanismo e o seu esplendoroso senso de equidade não se mostraram apenas nas sentenças, mas e principalmente no relacionamento homem para homem, nos pretórios em que os conflitos são resolvidos”.

Ao ensejo do falecimento, inúmeras outras pessoas prestaram depoimentos bastante comovidos sobre o caráter e a honradez de nosso pai: amigos, familiares, juízes, promotores, advogados, professores, servidores, alunos, empresários e políticos.<sup>11</sup>

16 - Gostaria também de destacar a **simplicidade** e a **humildade** de nosso pai, homem totalmente despido de vaidade, apesar da importância do nome que conquistou ao longo dos anos.

Ele de fato jamais se esquecia de sua origem humilde e das dificuldades que passou, filho de pais lavradores e primeiro de onze filhos, tinha como exemplos marcantes de sua vida o pai Joaquim Lúcio e o padrinho Sebastião, homens muito simples e humildes, mas de caráter indubitável. Infância pobre, mas feliz, teve muito “amparo e carinho da família”, a quem sempre ajudou até o fim de sua vida.

Dizia com convicção e simplicidade que **quanto mais culto somos e mais conhecimento adquirimos mais obrigação temos de sermos humildes**.

Ensinou-nos ainda a falar em voz alta toda vez que avistássemos da estrada a cruz no alto da torre da igreja de sua terra natal, encravada nos sopés da Mantiqueira<sup>12</sup> uma tradição religiosa e familiar: “*Deus te salve casa santa, onde Deus fez a morada, onde habita o cálix bento e a óstia consagrada*”.

11 . Cf. entrevistas publicadas no Diário de Marília e Jornal da Manhã.

12 . Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição.





17 - Para finalizar, gostaria de dizer mais duas palavras e me desculpar se me estendi no pronunciamento, mas acredito que plenamente justificado por ser o único orador oficial da noite.

Meu pai sempre foi um homem e um juiz a frente de seu tempo, defendendo ideias para a desburocratização, descentralização e democratização da justiça (como sugestões para reformas de códigos e mudanças na futura LOMAN), entre outras coisas, além de propostas para melhorias da sociedade. Várias de suas sugestões acabaram por ser acolhidas, apesar de que com certo atraso, v.g., a possibilidade de o juiz fazer carreira radicado no interior; hoje temos inúmeras comarcas elevadas à entrância final, cujo rol, ademais, foi bastante ampliado com a aprovação recente de outra lei de iniciativa do Sr. Presidente.

Em segundo lugar, o mais importante, ao menos para mim, o que eu tenho mais presente e vivo na memória e no coração não é a figura do juiz, do jurista, do professor ou do poeta, mas sim a imagem do verdadeiro e inesquecível AMIGO, que apesar de inúmeras atividades, sempre teve tempo para os filhos, para a família e para os amigos, e até mesmo para os desconhecidos, sendo pai e amigo presente nos bons e maus momentos, extremamente atencioso, proferindo palavras de estímulo, especialmente diante de derrotas e das incertezas da vida. Em suma, meu pai sempre tinha uma palavra amiga para alguém.

Encerro, por derradeiro, agradecendo mais uma vez por esse reconhecimento público de homenagear aquele que lutou incessantemente pela causa da Justiça e lendo um poema de sua autoria, declamado por ocasião da inauguração dos retratos dos Juízes Edgard Aparecido de Souza e Antonio Aurélio Maciel no Fórum de Mirandópolis, em 29 de novembro de 1964, e que verdade, retrata com bastante fidelidade, a vida árdua e honrada de meu saudoso pai e sua gloriosa carreira na magistratura de nossa terra.

Meu caro juiz,  
Sei que a tua vida, dia a dia,  
é um constante labutar,  
uma verdadeira porfia,  
dando a cada um o que se deve dar.  
És o equilíbrio e a paz,  
a esperança de muitos que te buscam  
a estrela que reluz e traz  
a mensagem de fé e liberdade  
de que tanto necessita a humanidade.  
És o suporte da legalidade  
a garantia de todo humano ser;  
és o defensor da sociedade,  
a segurança dos direitos,  
o refrear dos preconceitos;  
és o bem que se faz e não aparece  
nas tuas múltiplas ações;  
és o mal que não existe e sempre cresce  
no sussurro maligno das multidões.

Meu caro juiz,  
quantas vezes, como eu, também sentistes  
a amargura  
de condenar um ser qualquer!  
E pensastes contigo: que mísero coitado,



que desventura  
de não ter encontrado  
no seu caminho  
um pouco de carinho  
e ainda recebe agora  
de minha mãos  
as penas do destino!

E se então tu tiveres nessa hora,  
tal como eu tenho agora,  
um coração que pulsa,  
uma alma que vibra,  
hás de ter muita coragem  
para julgar  
e pensar  
que como todos os demais,  
podes errar  
porque és fraco entre os mortais!

Mas, que bem faz a gente ver  
exemplos assim  
como o teu exemplo.  
Sempre lutaste com dignidade,  
com ombridade,  
cumprindo o teu dever  
e deixando um rastro de saudade  
aqui.. ali..  
por onde passas  
e em cada ser.

Aí está o teu retrato,  
- homenagem do coração -  
o teu olhar perdido  
nessa imensa amplidão:  
- que é o tempo que passa,  
Sinos que soam  
vozes que entoam  
ao sopro suave da viração  
enquanto no teu caminho,  
vais deixando  
a música dos vizinhos  
tua constante inspiração.

Aqui fica o teu retrato pendurado,  
o teu exemplo,



da vida que passou  
as coisas boas que fizeste  
e que nossa alma  
do passado retirou.  
Os estranhos, os leigos,  
sem conhecerem tuas íntimas emoções,  
talvez dirão:  
“não fez mais do que a obrigação”,  
mas só eu posso ver, só eu posso entender,  
como é difícil a tua missão,  
árduo o teu viver,  
porque eu sou teu irmão!

Quanta saudade meu pai!

Muito obrigado.

O presidente da Seção de Direito Privado, desembargador **Artur Marques da Silva Filho**, que representou o presidente da Corte, desembargador José Renato Nalini, também enalteceu o trabalho de Paulo Nogueira e afirmou que utiliza com frequência sua obra jurídica. “Era um bom pai de família. Exerceu a Magistratura e o Magistério com retidão e honestidade, sendo admirado por todos que o conheceram.”

Participaram, também, da solenidade o presidente da Seção de Direito Público, desembargador Ricardo Mair Anafe; o juiz diretor do Foro Regional de Itaquera, Carlos Alexandre Böttcher; o presidente da Comissão de Resgate da Memória da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção São Paulo, José de Ávila Cruz, representando o presidente; o chefe da Assessoria Policial Militar do TJSP, coronel PM Washington Luiz Gonçalves Pestana; o filho do homenageado, Luciano de Lara Nogueira; a nora Cássia e os netos Paulo e Matheus; demais magistrados, familiares, amigos e servidores.

